**DIREITO FISCAL INTERNACIONAL – 4.º ANO DIA
EXAME ESCRITO (1.ª ÉPOCA – NORMAL)**

Regência: Professora Doutora Ana Paula Dourado
Colaboradora: Professora Doutora Sónia Martins Reis
16 de junho / duração: 90 minutos (+30 minutos de tolerância)

I

A sociedade XPTO, com sede em Espanha, detém 30% da sociedade ABCD, com sede em Portugal. A sociedade ABCD este ano de 2025 teve muitos lucros que resolveu distribuir à sua acionista sociedade XPTO. A sociedade ABCD pretende implantar-se no mercado francês, sendo que tal contratou o Sr. Jaime que irá, caso se afigure necessário, celebrar contratos em nome da sociedade ABCD com potenciais parceiros económicos.

A sociedade XPTO vendeu ainda uma plantação de café que explorava em São Tomé e Príncipe, bem como vendeu todas as máquinas utilizadas nesta plantação.

A sociedade XPTO decidiu ainda vender uma participação social que detinha na sociedade XYZL, residente no Paraguai, mas continuou a receber rendas de imóveis de que é proprietária no Paraguai.

II

Joaquín estudou vários anos em Portugal, sendo que atualmente exerce a sua atividade profissional em Espanha, nunca tendo, contudo, alterado a sua residência fiscal em Portugal junto das Autoridades Fiscais Portuguesas. Joaquín está registado como residente fiscal em Espanha, tendo sido destacado para Portugal pela sua entidade patronal em Portugal para trabalhar durante cinco meses em Portugal.

A mulher de Joaquín, Ana é residente fiscal em Portugal, bem como os filhos do casal. Ana, nacional dos Estados Unidos da América, aufer rendas de uma casa que tem arrendada em Formentera, bem como recebe rendimentos de uma estrutura fiduciária com sede nos Estados Unidos da América.

Ana recebeu juros de um depósito a prazo que tem num banco nos Estados Unidos da América e vendeu um imóvel de férias que tinha na Provence. Ana recebe ainda uma remuneração como membro do conselho de administração da sociedade XPTO.

Quid iuris?

Cotação: I: 10 valores / II: 10 valores

GRELHA DE CORREÇÃO

I

- (i) A distribuição de lucros pela sociedade ABCD à sociedade XPTO poderia estar isenta de IRC ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3 do Código do IRC, desde que se encontrassem cumpridos os requisitos previstos nesta disposição legal. Neste âmbito, deveria ainda ser referido o artigo 10.º, n.º 1 e n.º 2, alínea a) da CMOEDE;
- (ii) Quanto à contratação do Sr. Jaime e à celebração de contratos em nome da sociedade ABCD com potenciais parceiros económicos, deveria fazer-se menção ao artigo 5.º, n.ºs 5 e 6 e explicar se o Sr. Jaime poderia ou não ser qualificado como uma agente dependente da sociedade ABCD no mercado francês;
- (iii) Quanto à venda da plantação de café deveria ser feita referência ao artigo 13.º, n.º 1 e n.º 2 da CMOEDE, explicando o regime de repartição do poder tributário entre os Estados considerando o tipo de mais-valia em causa. Deveria ainda referir-se a potencial existência de um estabelecimento estável e da sua influência no que concerne à tributação da venda da plantação de café e do equipamento;
- (iv) Quanto à venda da participação social, deveria referir-se o artigo 13.º, n.º 5 da CMOEDE
- (v) Quanto às rendas dos imóveis, deveria referir-se que se tratava de rendimentos prediais, em que se deveria aplicar o artigo 6.º, n.º 1 da CMOEDE, tendo ambos os Estados competência para tributar este tipo de rendimento (*lex rei sitae*).

II

- (i) Existência de um conflito de dupla residência no caso de Joaquín. Referência ao artigo 4.º, n.º 2 da CMOEDE para efeitos de determinação do Estado no qual Joaquín deveria ser qualificado como residente fiscal;
- (ii) Quanto ao destacamento para Portugal por três meses, deveria referir-se os artigos 15.º, n.ºs 1 e 2 da CMOEDE e determinar o Estado que teria competência para tributar este rendimento;
- (iii) Quanto às rendas que Ana auferir de uma casa que tem em Formentera, deveria referir-se o artigo 6.º, n.º 1 da CMOEDE e a competência de ambos os Estados para tributarem, fazendo menção a que sendo Ana nacional dos Estados Unidos da América seria sempre sujeita a tributação neste país por via da aplicação do princípio da nacionalidade. Pelo que, caberia a Portugal enquanto Estado da residência eliminar a dupla tributação ao abrigo do artigo 81.º do Código do IRS;
- (iv) Quanto aos rendimentos de uma estrutura fiduciária com sede nos Estados Unidos da América, deveria aplicar-se o artigo 21.º da CMOEDE e ainda que existindo direito de tributação exclusiva do Estado da residência (neste caso, Portugal), mencionar que sendo Ana nacional dos Estados Unidos da América seria sempre sujeita a tributação neste país por via da aplicação do princípio da nacionalidade. Pelo que, caberia a Portugal enquanto Estado da residência eliminar a dupla tributação ao abrigo do artigo 81.º do Código do IRS;
- (v) Quanto aos juros de depósito a prazo, referir e explicar a aplicabilidade do artigo 11.º, n.ºs 1 e 2 da CMOEDE;
- (vi) Quanto à venda do imóvel na Provence, referir e explicar a aplicabilidade do artigo 13.º, n.º 1 da CMOEDE;

- (vii) Quanto à remuneração paga a Ana como membro do conselho de administração da sociedade XPTO, referir o artigo 16.º da CMOEDE e a competência cumulativa de ambos os Estados da fonte e da residência para tributar este rendimento.